

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 16/04/2018

- [Estão abertas as inscrições para o fórum “Inclusão escolar é direito do autista e dever de todos”](#)
- [Entrega não é abandono - Programa Acolher é apresentado a profissionais em Olinda](#)
- [Comissão discute parecer sobre enfrentamento ao homicídio de jovens](#)
- [Cadastro de grávidas e lactantes do CNJ mostra 514 presas](#)
- [Da Inglaterra, professora cria curso de inglês de graça para crianças e adultos do Alemão, no Rio](#)
- [Adolescentes da Casem Caruaru são inseridos em projeto de reflorestamento ambiental](#)

**Assunto: Estão abertas as inscrições para o fórum “Inclusão escolar é direito do autista e dever de todos”**

**Fonte: Tribunal de Justiça de PE**

**Data: 16/04/2018**



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promove o fórum “Inclusão escolar é direito do autista e dever de todos”, na quinta-feira (26/4), das 8h às 17h30, no auditório do edifício Paula Baptista, localizado no bairro de Santo Antônio, no Recife. Servidores do Judiciário podem se inscrever na Intranet e o público externo através do e-mail [memorial.educativo@tjpe.jus.br](mailto:memorial.educativo@tjpe.jus.br). As vagas são gratuitas e limitadas e serão efetivadas mediante confirmação também por e-

mail pela coordenação do evento. A atividade é uma realização da Escola Judicial (Esmape), do Memorial da Justiça e da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJ pernambucano.

No dia do fórum, pela manhã, serão realizadas as seguintes palestras: “O estatuto da pessoa com deficiência e o direito à educação”, apresentada pela presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJPE, juíza Roberta Barcala; e “Autismo e escola: barreiras e desafios”, proposta pela psicóloga e professora Luísa Gonçalves Pires. À tarde, serão abordados os seguintes temas: “O Transtorno do Espectro do Autismo e a importância da inclusão escolar”, com a coordenadora do grupo Super Mães, Paula Carolina Aleixo; e encerrando a

programação, a palestra “Negativas de inclusão escolar em Pernambuco e a sua defesa na Justiça”, com a defensora pública Natalli Brandi.

**Transtorno do Espectro Autista (TEA)** – O autismo é um distúrbio multifatorial, que possui diferentes graus: leve, moderado e severo. As características são abrangentes e afetam os indivíduos nas áreas de interação social, comunicação e comportamento. A legislação brasileira estabelece o direito da pessoa com autismo de estudar em escolas regulares, na educação básica e no ensino profissionalizante, e, se preciso, solicitar um acompanhante especializado.

**Assunto: Entrega não é abandono - Programa Acolher é apresentado a profissionais em Olinda**

**Fonte: Tribunal de Justiça de PE**

**Data: 16/04/2018**



A possibilidade de uma mãe entregar um filho recém-nascido para adoção, com o respaldo legal, ainda é desconhecida por muitas mulheres. Essa realidade foi apresentada a integrantes de órgãos que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente do município de Olinda, por meio do Programa Acolher, da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O



encontro aconteceu na quarta-feira (11/4), no Fórum da Comarca, e teve, entre os objetivos, formar um comitê gestor do programa que vai atuar na coordenação e no acompanhamento das ações de cada instituição no processo de acolhimento.

O Programa Acolher existe desde 2011 e já atendeu cerca de 80 mulheres da Região Metropolitana do Recife (RMR) e do Interior do Estado, que manifestaram o interesse de realizar a entrega responsável de seus bebês para adoção. “O principal objetivo é evitar que crianças sejam abandonadas, adotadas de forma ilegal ou expostas a situações de risco. Procuramos garantir o bem-estar dos bebês, mas também a autonomia da mulher, com um atendimento humanizado, seguro e livre de constrangimentos”, afirmou o coordenador do Programa, Paulo André Teixeira.

O psicólogo esclarece que o intuito não é estimular a entrega das crianças, mas garantir a proteção determinada por lei. “De todos os casos que nós recebemos até hoje, 70% das crianças permaneceram no seio familiar, seja por desistência da mãe ou porque foram adotadas em sua família natural ou extensa. Apenas 30% foram entregues para adoção. Esse é um dado importante porque nos permite perceber que não se trata de um programa de estímulo à adoção, mas de maternidade e paternidade responsáveis”, declarou.

Os profissionais puderam conhecer os procedimentos adotados em caso da manifestação feminina de entregar o bebê, que pode acontecer durante a gravidez ou até 30 dias após o parto, de forma espontânea, direto na Vara da Infância, ou através de encaminhamento das instituições. A efetivação da entrega ocorre após a realização de orientação e apoio à mãe por equipe especializada, em uma audiência com o juiz responsável. O acompanhamento à criança se estende até a conclusão do processo de adoção.

Para que seja garantido o direito à entrega do filho, sem constrangimentos, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é necessário a participação ativa dos agentes públicos envolvidos no processo. Para a gerente de políticas estratégicas da Secretaria de Saúde de Olinda, Roberta Magalhães, um caminho importante a ser percorrido é a capacitação de todos os profissionais. “É importante que as pessoas que fazem o acompanhamento direto da gestante, principalmente no pré-natal, tenham conhecimento do Programa. Quando a mulher decide entregar o bebê dela, geralmente está bastante fragilizada. Precisamos estar preparados para dar o encaminhamento correto, além de prestar um atendimento humanizado, como deve ser”, explicou.

Em Olinda, o atendimento na Vara da Infância e Juventude (VIJ) acontece de segunda à sexta-feira, das 12h às 18h. A unidade está localizada avenida Pan Nordestina, s/n, KM 4, bairro de Salgadinho / Vila Popular.

**Assunto: Comissão discute parecer sobre enfrentamento ao homicídio de jovens**

**Fonte:** Agência Câmara

**Data:** 16/04/2018



A Comissão Especial de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 2438/15 e apensados) reúne-se nesta terça-feira (17) para discutir o parecer da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ). O texto ainda não foi apresentado.

No mês passado, o presidente da comissão, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que o relatório traria estratégias descentralizadas para municípios, estados e a União.

### Projeto

O projeto em análise no colegiado, que cria o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens, é um dos resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência contra Jovens Negros e Pobres, que funcionou na Câmara em 2015. O plano tem cinco metas que devem ser cumpridas nos próximos dez anos, sendo que a principal é a redução das mortes de jovens.

A reunião está marcada para as 15 horas, mas o local ainda não foi definido.



**Assunto: Cadastro de grávidas e lactantes do CNJ mostra 514 presas**

**Fonte: CNJ**

**Data: 16/04/2018**



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disponibiliza, a partir deste mês, acesso público aos dados do cadastro de grávidas e lactantes presas por Unidade da Federação. O banco de informações criado pelo CNJ por determinação da presidente do órgão, ministra Cármen Lúcia, estará disponível na página do CNJ pela Internet.

O sistema informa que, em março de 2018, havia 514 presas gestantes ou amamentando em unidades penitenciárias do País: 308 mulheres estão grávidas e 206 são lactantes.

Essa é a primeira vez que a Justiça detalha e disponibiliza informações sobre gestantes e lactantes custodiadas pelo Estado. A medida confere maior transparência em relação a essa informação e permite que o Judiciário conheça e acompanhe, continuamente, não só a situação dessas mulheres, mas também a de seus filhos.

O banco é alimentado pelos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs), criados conforme Resolução n. 96/2009 do CNJ e vinculados aos tribunais da Justiça Estadual. Os Estados têm até o 5º dia útil do mês corrente para lançar as informações, apuradas no mês anterior.

No cadastro não consta o número de mulheres gestantes ou lactantes que cumprem prisão domiciliar, tendo em vista que elas não estão custodiadas no sistema prisional.

### **Realidades encontradas**

Nos últimos dois meses, equipe do CNJ coordenada pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ Andremara Santos esteve em 24 estabelecimentos penais de 16 Estados e do Distrito Federal para conhecer a situação dessas presas. Foram visitados presídios femininos de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas, Maranhão, Ceará, Sergipe, Pará, Piauí, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

Durante as visitas, foram constatadas realidades contrastantes: presídios com boa estrutura física que não oferecem atendimento adequado às mulheres e unidades penitenciárias precárias, mas em cujas instalações as detentas lactantes e grávidas são bem assistidas.

“Ficou clara a necessidade de estabelecermos padrões de procedimentos em relação aos cuidados com grávidas, lactantes e seus filhos a serem adotados no sistema prisional”, diz Andremara dos Santos. A equipe do CNJ também constatou que o acesso à assistência médica continua um problema ainda a ser solucionado nos presídios femininos: o descaso com saúde e alimentação de grávidas e crianças.



### **Relatos de medo**

Boa parte das crianças que estão vivendo no interior do presídio com suas mães não têm sido acompanhadas pela Justiça da Infância e Juventude. A juíza do CNJ também relatou que algumas mães chegam a esconder que possuem outros filhos, por medo de que a situação precária em que vivem as crianças legitime a entrega delas para a adoção.

"Ouvimos relatos de mães receosas de perderem o poder familiar sobre seus filhos. O Conselho Tutelar e as Varas de Infância e Juventude devem acompanhar a situação dessas crianças e acionar a rede de proteção à infância para protegê-las. É preciso, também, garantir que o destino dessas crianças seja confiado legalmente e preferencialmente a alguém de sua família", afirmou Andremara.

A maioria dessas presas é de mães de outras crianças e adolescentes, vivendo, em geral, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a condenação criminal do pai ou da mãe não implica a destituição do poder familiar, a não ser que o crime tenha sido praticado contra o próprio filho.

Idealizadora do cadastro, a ministra Cármen Lúcia defende que, se o Judiciário não tiver condições de deferir a prisão domiciliar nesses casos, o Estado deve providenciar um local adequado para que a mãe possa ficar custodiada até o término da gestação, assim como durante o período de amamentação de seu filho. "Nascer dentro de uma penitenciária é condição de absoluta indignidade", diz a presidente do CNJ.

**Assunto: Da Inglaterra, professora cria curso de inglês de graça para crianças e adultos do Alemão, no Rio**

**Fonte: Portal G1**

**Data: 16/04/2018**



Para tirar do papel um projeto social que ensina inglês, de graça, para moradores do Complexo do Alemão, no Rio, a professora carioca Cláudia Bellizzi precisou basicamente de três coisas: boa vontade (que ela e muitos voluntários parecem ter de sobra), algum dinheiro e redes sociais.

Lá da Inglaterra, onde mora há cinco anos, ela criou um curso batizado de The English Club Alemão. As aulas começaram em fevereiro com três turmas de 15 alunos cada uma – duas de crianças e uma de adultos. Neste sábado (14), tiveram início mais duas novas turmas, cada uma com mais 20 crianças da comunidade, que fica na Zona Norte do Rio. Tudo é gratuito, incluindo o material didático.

“Desde que me mudei para a Inglaterra, passei a ter uma visão ainda mais crítica sobre os problemas sociais do Brasil. A vontade de contribuir de alguma maneira, mesmo de longe, era grande. Fiquei triste ao ver quantas pessoas perdiam oportunidades de crescer profissionalmente por não serem fluentes em inglês”, conta ao G1 a criadora do curso, que é professora de inglês há mais de 20 anos.

*“Aí, pensei: vou dar um jeito de oferecer aulas de inglês gratuitas e de qualidade para os moradores de alguma comunidade.”*



O curso começou na cabeça e no bolso de Cláudia, mas ela foi logo encontrando parceiros e voluntários. “É muito recompensador ver que uma ideia bacana que eu tive e que está dando supercerto, está tendo uma resposta muito boa da comunidade, está também provocando outras ondas positivas”, diz.

### **Professora da comunidade**

Cláudia Bellizzi diz que foi pela internet que estreitou laços com moradores do Alemão, especialmente através de Renê Silva, criador do jornal “Voz das Comunidades”. Ele a ajudou a montar o curso e acabou, inclusive, virando aluno.

Também do Alemão é a estudante de letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Nathalia Nascimento, contratada para dar as aulas no curso – é Cláudia quem banca os salários da professora.

“A escolha de Nathalia foi feita dentro do conceito que norteou o projeto desde o início: dar vez a pessoas que tenham laços com a comunidade. A Nathalia tem raízes na comunidade, tem enorme carinho pelo Alemão”, diz a criadora do curso.



Lá da Inglaterra, Cláudia treinou Nathália no conceito pedagógico e, com ela, acompanha à distância as aulas e os alunos.

"Eu me sinto extremamente feliz e realizada em participar desse projeto. Eu e Cláudia temos reuniões semanais via Skype e nos falamos diariamente pelo WhatsApp. Além de discutir questões administrativas, nós preparamos, juntas, as aulas de todas as turmas, e avaliamos continuamente como está sendo o andamento do curso", diz Nathália.

Para quem faz o curso, como a esteticista Géssica Maria Machado, de 28 anos, o projeto é uma maneira de motivar os moradores da comunidade.

*"Tudo isso é uma forma de incentivo para as pessoas não deixarem de acreditar que é possível a gente alcançar nossos sonhos - e que está tendo oportunidades para isso. "*

*"Já há muito tempo é fundamental que qualquer profissional, seja lá de que área for, tenha um conhecimento razoável da língua inglesa. O curso é importante demais e o fato de ser muito voltado à conversação torna a experiência ainda mais rica", diz Géssica.*

A aluna comemora: "Recebemos a visita de americanos e ingleses e ficamos felizes quando percebemos que podíamos conversar no idioma deles. De certa forma, isso muda nossas vidas".

### **Material didático da Inglaterra**

Para as primeiras turmas do curso, quem bancou o material didático, todo vindo da Inglaterra, foi a própria Cláudia. Mas a "onda positiva" que, como diz Cláudia, vai se espalhando, trouxe uma parceria ao projeto, a Cambridge University Press, editora voltada a projetos educacionais, que já começou a fornecer livros e cadernos. O curso também tem recebido doações de cadernos, lápis, canetinhas e outros materiais. As aulas são dadas em uma sala cedida pela Igreja Batista Filha de São.

"Para mim, os projetos sociais são extremamente relevantes, pois ajudam a mudar a realidade, muitas vezes precária, de um conjunto de pessoas. Criam uma grande onda do bem e ajudam a espalhar esse sentimento por vários lugares", diz Nathália.



Turmas para crianças também estão disponíveis em curso gratuito de inglês no Alemão (Foto: Reprodução / Redes Sociais)

### **Professora voluntária**

A iniciativa tomada por Cláudia do outro lado do Atlântico acabou motivando também gente de fora da comunidade do Alemão, como a professora Elvira Souza, que ficou sabendo do curso por uma reportagem de jornal.

"Não sei bem explicar o motivo, mas aquilo mexeu comigo. Tive certeza de que precisava participar daquele iniciativa", relembra. Veterana de outros programas sociais, decidiu naquele mesmo dia procurar por Cláudia para se oferecer como voluntária. Depois de encontrá-la nas redes sociais, de longas conversas e de um treinamento, tornou-se professora do curso.

O resultado do empenho começou a ser visto neste sábado, quando Elvira assumiu duas turmas do English Club Alemão – ao todo serão 35 alunos, cujas idades variam entre 9 e 12 anos. Um número que, segundo ela, poderá aumentar em pouco tempo.

"Quando traziam os filhos para serem matriculados no curso, as pessoas da comunidade perguntavam se não poderiam estudar também. Para mim, é bem claro que elas querem aprender, crescer. Conhecer um outro idioma, sobretudo o inglês, faz uma diferença imensa na vida de qualquer pessoa", afirma Elvira, feliz ao já ser chamada de "teacher Vivi" pelos alunos.

### **Professor gringo**

O americano Timothy Cunningham, o Tim, tem um canal no YouTube em que ensina inglês. Amigo de Renê Silva ("conheci no churrasco", diz), ele soube do English Club Alemão, recebeu um convite para visitar a comunidade e acabou dando uma aula.

"Ele me deu um tour no complexo. Dei aula para as crianças, foi muito legal. Acho que era o primeiro gringo que a maioria conheceu. Fui com meu irmão, que não fala português. Eles são muito interessados", lembra Tim, que mora em Nova Jersey, nos EUA, e diz ter aprendido português com amigos brasileiros.

"Pode mudar sua vida se você falar um inglês fluente. Sei que só era uma aula, mas só com uma aula você mudar o caminho da sua vida, ficar muito mais interessado. É uma coisa que, mesmo sendo pequena, eu posso ajudar pessoas que não têm tantas oportunidades. "

### **Imagina as oportunidades**

Cláudia e Renê Silva notaram que muitos moradores do Alemão já sabiam um pouquinho da língua e queriam avançar. "Percebemos juntos que a maior necessidade das pessoas adultas era de um nível intermediário em vez de iniciante. Geralmente estudamos na escola ou já fizemos algum outro cursinho, então vimos que era importante ter uma continuação para avançar no inglês dessa galera", explica Renê.



"A Géssica é um exemplo dessa situação. Ela já tinha um conhecimento básico do idioma e agora poderá ir mais longe. Imagine quantas oportunidades profissionais irão surgir para ela e todos que participam do curso. Não dá nem para medir o quanto de benefícios essa iniciativa já começou a trazer para o Alemão", conclui.

### **Serviço**

O curso é voltado para alunos da comunidade. Quem quiser saber mais sobre a iniciativa - para ajudar ou tentar participar de eventuais classes futuras - deve acessar a página do 'The English Club Alemão' no Facebook.

**Assunto: Adolescentes da Casem Caruaru são inseridos em projeto de reflorestamento ambiental**

**Fonte: Governo do Estado de PE**

**Data: 16/04/2018**



Sempre incentivando e buscando ações que garantam desenvolvimento, inserção e inclusão dos adolescentes na sociedade, a Casa de Semiliberdade (Casem) Caruaru acaba de firmar mais uma parceria. Junto com a Associação Conhecer e Preservar (ACP) e a Vara Regional da Infância e Juventude de Caruaru, está sendo desenvolvido o projeto "Semeando Vidas".

O objetivo é capacitar e profissionalizar os adolescentes e jovens por meio de orientações teóricas e práticas na produção de mudas, sementeiras e manutenção das trilhas do Parque Ambiental João Sobrinho, localizado na Serra dos Cavalos, zona rural de Caruaru.



**Iniciativa pioneira no Agreste busca profissionalizar socioeducandos por meio de orientações sobre produção de mudas, sementeiras e manutenção de trilhas**

Para o juiz da Vara Regional da Infância e Juventude de Caruaru, José Fernando Santos, o projeto vem abrir oportunidades e é destaque na região. “Ficamos muito felizes com a execução de um projeto como este aqui em Caruaru, algo pioneiro em nossa região, que, além de reflorestar, vem resgatando vidas e proporcionando a esses jovens a oportunidade de aprender uma profissão com certificação, o que servirá para que eles busquem novos horizontes”, ressaltou.

“É um momento marcante para nossa unidade. Essa parceria só nos fortalece e mostra que estamos no caminho certo, inserindo nossos jovens na sociedade, capacitando-os com uma profissão, utilizando o tempo ocioso com algo precioso. Quando saírem da unidade, se colocarem em prática os ensinamentos, poderão gerar uma renda para eles e seus familiares”, completou a coordenadora geral da Casem Caruaru, Anabel Brandão.

As aulas acontecerão todas as terças e quintas-feiras, das 7h às 13h, no Parque Ambiental João Sobrinho, e seguem até o mês de julho, quando acontecerá a certificação.